



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

ATA Nº 5/2014 - SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE. Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, no auditório da Biblioteca Municipal de Góis, reuniu a Assembleia Municipal pelas dezassete horas com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 4/2014**
- 2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 3. APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**
- 4. REGULAMENTO SOBRE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002, DE 25 DE NOVEMBRO E NO DECRETO-LEI Nº310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO**
- 5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO NO CONCELHO DE GÓIS**
- 6. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**
- 7. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA**
- 8. 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO 2014**
- 9. 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES AO PLANO/ANO FINANCEIRO 2014**
- 10. REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS**
- 11. REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO**
- 12. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/ANO 2015**
- 13. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO/ANO 2015**
- 14. DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO DE 2015 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

15. MAPA DE PESSOAL/ANO DE 2015

16. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA PÚBLICO

Estavam presentes os senhores:

Presidente: Dr. José António Pereira de Carvalho (PS)

1ª Secretária: Drª. Dina Marlene Bandeira Carvalho (PS)

2º Secretário: José Rodrigues (PS)

Vogais:

Partido Socialista (PS) – Jaime Miguel Fernandes Garcia, Dr. Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva, Drª. Sílvia Maria Gonçalves Fernandes Nogueira Santos, Nuno Pedro Tavares do Nascimento, Engº Renato José dos Santos Vitorino.

Grupo Cidadãos Eleitores Independentes por Góis – Dr. Miguel Luís Martins Alves Fortunato; Drª. Maria do Céu Simões Alves, Amílcar José Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões.

Presidentes das Juntas de Freguesia de:

Alvares – Dr. Victor Manuel Fonseca Duarte (Cidadãos Independentes por Góis)

Góis – Graciano Antunes Rodrigues (PS)

União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal – Carlos da Conceição Jesus (PS)

Vila Nova do Ceira - António Barata Carvalho (PS)

Da Câmara Municipal registou-se a presença da senhora Presidente, Drª. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e dos Vereadores Dr. José Alberto Domingos Rodrigues; Dr. Mário Barata Garcia, Engº Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz.

FALTAS: O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que o senhor deputado Mário Almeida Nunes comunicou que por motivos alegados não poderá comparecer nesta sessão, tendo solicitado com base na legislação em vigor e do Regimento da Assembleia Municipal de Góis a sua substituição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Mais informou, que devido à receção tardia do requerimento do senhor deputado não lhe foi possível solicitar ao GMIPG a sua substituição.

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº4 - Posta à votação a Ata nº 3/2014 foi aprovada por unanimidade.

2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que não havia qualquer assunto que merecesse do mesmo dar conhecimento em sede deste órgão.

Mais informou da necessidade de inserir dois pontos na ordem de trabalhos, prestando para o efeito os devidos esclarecimentos, propondo que estes sejam o ponto 3.A - REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS e 3.B - REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade inserir os referidos pontos na ordem de trabalhos.

3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - Relativamente a este ponto o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem.

Interveio o senhor deputado Pedro Miguel da Conceição Agostinho que iniciou a sua intervenção questionando relativamente ao ponto de situação da providência cautelar relativa ao encerramento da EB de Ponte do Sótão.

Fez alusão aos índices de transparência resultantes de um estudo da Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC); i.e, o Índice de Transparência Municipal (IMT) afere o grau de transparência de cada município, medido através de uma análise da respetiva página na internet. A TIAC avalia o volume e o tipo de informação disponibilizados ao público sobre a estrutura da autarquia, o seu funcionamento e atos de gestão, entre outros tópicos. Áreas de elevado risco de corrupção, como a contratação pública e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

urbanismo, suscitam uma particular atenção dos autores do ITM. Os 76 indicadores analisados referem-se à informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município, planos e relatórios, impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos, relação com a sociedade, contratação pública, transparência económico-financeira e transparência na área do urbanismo. Referiu que o Município de Góis desceu 5 posições na tabela deste ranking, tecendo alguns considerandos para reverter esta situação no ano 2015. Interveio o senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte que iniciou a sua intervenção fazendo alusão à zona industrial de Alvares e ao processo de instalação de uma empresa que data de há dois anos. Referiu, que sobre este e apesar de não conhecer o empresário em causa, nas suas funções como Presidente de freguesia teve o cuidado do contactar questionado sobre o ponto de situação do seu processo. Face aos esclarecimentos prestados, no âmbito das suas funções, informou que tomou algumas diligências junto do Município por entender que se tratava de um investimento importante para o concelho, porém apraz-lhe mencionar que se tratou de um processo infrutífero, uma vez que o empresário desistiu de investir no concelho devido à morosidade do processo, facto que lamenta, uma vez que a fixação de uma nova empresa poderia ser mais uma alavanca potenciadora de riqueza para o concelho.

Terminou a sua intervenção, fazendo alusão à introdução do Orçamento para o ano de 2015, onde na caracterização do concelho refere *“o povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes nas zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento da sua transferência para a sua sede do concelho ou outros núcleos urbanos fora do concelho”*.

Interveio o senhor deputado Amílcar José Barata Aleixo, que se prevaleceu da oportunidade para agradecer os trabalhos de requalificação nos arruamentos de Chã de Alvares, recordando a necessidade de se proceder a trabalhos idênticos em outras povoações. Reiterou o pedido de colocação de cabines nas paragens de transporte público de St^a Margarida e Portela do Vento.

Relativamente aos investimentos no concelho referiu que é urgente a captação de mais investidores, devendo ser dada uma atenção redobrada a quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

deseja investir em Góis. Fez ainda referência aos níveis de investimento no concelho comparativamente com outros limítrofes.

Interveio o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo partilhar das preocupações relativas à necessidade de captação de investimento para o concelho. Referiu que Góis é um concelho bastante isolado onde não tem havido nas últimas décadas investimento suficiente para que haja mais desenvolvimento sustentado e dinamização da economia, havendo outros concelhos que tem conseguido a instalação de algumas empresas, nomeadamente industriais, reconhecendo que em Góis é difícil concretizar a instalação de indústrias, por não existirem adequadas acessibilidades ao trânsito das mercadorias e das pessoas.

Prevaleceu-se da oportunidade para se congratular pelo 75º aniversário da Associação Educativa e Recreativa de Góis, agora distinguida com a Medalha do Concelho, efeméride comemorada ao mais alto nível, com um sarau na Casa da Cultura prestando homenagem a todos quanto deram e quotidianamente dão o seu contributo para que esta instituição continue a realizar tão importante trabalho junto da nossa população.

De igual modo, felicitou a Casa do Concelho de Góis pelo seu 60º aniversário, que sendo uma das mais importantes estruturas de apoio ao regionalismo, é uma instituição que mantém os laços entre a diáspora goiense.

Felicitou ainda a Conferência Vicentina de Góis pelo seu 50º aniversário e pelo excelente trabalho desenvolvido no apoio na área social.

Terminou as felicitações, dirigindo uma especial congratulação à Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra pelo seu 20º aniversário, realçando o trabalho meritório que vem desenvolvendo na região da Beira Serra. Ainda sobre esta ADL, fez um pequeno apontamento sobre a extinção do Programa CLDS, realçando o êxito e o mérito que esse projeto teve para as populações do nosso concelho. Referiu ainda, a distinção da ADIBER com a Medalha do Concelho de Góis.

Seguidamente fez alusão à instalação do Conselho Municipal de Juventude, órgão onde dois elementos desta Assembleia Municipal têm assento, sendo um dos seus objectivos a criação de oportunidade aos jovens para participarem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

com as suas ideias, irreverência e sentido crítico na definição de políticas para o concelho na área da juventude.

O senhor deputado fez ainda uma breve abordagem à Feira da Castanha e do Mel, realizada no Dia de Todos os Santos, realçando o sucesso que esta iniciativa tem vindo a alcançar junto da população.

Continuou a sua intervenção, questionando a senhora Presidente do Município sobre o resultado da providência cautelar relativa ao encerramento da EB de Ponte do Sótão.

Mencionou o seu apreço pela assinatura do protocolo para instalação de um Espaço do Cidadão na freguesia de Alvares, questionando sobre a eventual abertura de estrutura idêntica na vila de Góis, questionando se, caso esta venha a ser concretizada, tal não comportará risco de encerramento de alguns serviços.

Por último, fez alusão aos resultados francamente positivos de um estudo realizado por investigadores da Universidade de Aveiro no âmbito da apreciação dos níveis de transparência do poder local, através da análise à informação disponibilizada nos websites das câmaras municipais, criando assim um ranking dos municípios de acordo com os níveis de prestação de contas e acesso à informação relevante para moradores e investidores.

Terminou a sua intervenção, fazendo referência a uma questão de carácter político ocorrida recentemente no concelho de Góis, esclarecendo tratar-se de uma opinião pessoal. Referindo-se à questão da alteração na distribuição de pelouros, considerou que o assunto já é, genericamente, do conhecimento dos Goíenses porquanto já houve aproveitamento político sobre esta questão. Acrescentou que, não sendo um dado desconhecido e nem sequer recente, não tem existido absoluta sintonia entre os membros do executivo municipal, e que não sendo conhecedores de todos os factos ninguém terá condições para descortinar quais os responsáveis por esta situação, mas o certo é que se chegou a tal ponto que crê haver responsabilidades que serão, no mínimo, partilhadas. Referiu que há cerca de um ano atrás, resultou das eleições autárquicas um mandato da população a todos os eleitos para o exercício de funções de grande responsabilidade, que devem estar permanentemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

imbuídas de empenho, zelo e dedicação e que devem ter por base um único objetivo, que é o de servir o concelho de Góis, promovendo a defesa dos superiores interesses municipais. Aparentemente não era isto que estava a acontecer, mas sim um posicionamento que eticamente não é aceitável do tipo "quanto pior, melhor", que terão levado a esta tomada de posição, certamente violenta, mas talvez essencial para o exercício do mandato prossiga com normalidade, uma vez que estamos a três anos de novas eleições e não podemos correr o risco de não haver condições de governabilidade, assegurando que o interesse de Góis seja sempre acautelado.

Terminou, congratulando-se pela ocorrência de uma ação de formação da ANAFRE em Góis e pelo facto de uma instituição com esta importância ter escolhido o nosso concelho para realização desta iniciativa.

Interveio o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato iniciando a sua intervenção referindo partilhar das congratulações proferidas na intervenção do senhor deputado Jaime Garcia. Relativamente à instituição do Conselho Municipal da Juventude, referiu que foi o mesmo instituído com pompa e circunstância como já nos habituámos, porém tarde, residindo a sua preocupação de que apesar de ter sido instituído até à data ainda não foi agendada qualquer reunião. Referiu que preocupa-se quando tem de fazer intervenções na presença de convidados como foi o caso do sr. Diretor Regional do IPDJ, tendo para o efeito tido um discurso politicamente correto e que vai de encontro à defesa do concelho. Contudo, referiu que fica sempre alguma coisa por dizer, lamentou que só agora se tenha constituído o CMJ e que se estivesse um ano à espera de uma "vedeta" para abrilhantar a festa em detrimento efetivamente das funções do CMJ. Referiu ainda, que se este CMJ tivesse sido instituído há mais tempo, com certeza os jovens já tinham tido uma palavra a dizer nomeadamente no orçamento participativo por se tratar de uma das promessas eleitorais do PS.

Continuou, referindo que como já foi aqui frisado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares no que concerne nos apoios à iniciativa privada, não se cansa de referir esta bandeira por entender que a mesma deve ser a de Góis, e, por partilham a dor do desemprego e porque partilham que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

necessário criar empregabilidade porque o estado não tem dinheiro, nem deve ser o mesmo a sustentar todos os portugueses, urge a criação de ferramentas para a iniciativa privada. O caso do investimento na zona industrial de Cortes nem valerá a pena falar no mesmo porquanto o investimento foi para outro concelho.

Referiu que foi contactado por um repórter do Jornal Expresso que o informou de que não tinha qualquer resposta por parte da Câmara Municipal no que concerne à solicitação de foto das fachadas dos restaurantes e moradas dos mesmos, dados estes para atualização da página deste jornal "boa cama, boa mesa". Referiu que o repórter andou duas semanas consecutivas a contactar o senhor Chefe de Gabinete e não obteve qualquer tipo de resposta, tal como expôs anteriormente à senhora Presidente, tendo sido comunicado que a publicação dos referidos dados não traria qualquer custo à Câmara Municipal. Contactou o repórter e explicou a situação, tendo-lhe sido que o fornecimento dos referidos dados não traria qualquer custo à Câmara Municipal. Referiu, que na presente data deslocou-se à Câmara Municipal para contacto com o Técnico Superior contratado para o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo para tratar do assunto em questão, não estando o trabalhador a exercer funções neste gabinete por se encontrar a laborar no Agrupamento de Escolas, pelo que mencionou não entender qual a gestão de recursos humanos quando é contratada uma pessoa para apoiar aos investidores e para estar atento e tentar atrair o investimento privado e depois é colocado nas funções de chefe da secretaria da escola, informação transmitida pelo senhor chefe de gabinete. Reiterou a preocupação aqui referida por causa das bombas de água de Vila Nova do Ceira e do Parque Municipal. Referiu que existem algumas infraestruturas que lhe chamam particularmente a atenção por estar na altura certa e timing para o Executivo começar a tomar algumas démarches. O património da Câmara Municipal que é suscetível de ser concessionado a privados para que esses concessionários tenham lucro, têm também de fazer investimento, sendo que isso só acontece se o concurso for feito atempadamente e com algum prazo que seja satisfatório para o investidor poder melhorar o património que a Câmara Municipal lhe coloca à disposição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

seja graciosamente ou através de pagamento. Acrescentou, que se a Câmara Municipal tiver que ceder um ou outro equipamento gratuitamente, mais vale enveredar por este caminho que fazer a gestão própria. Ainda sobre as infra estruturas municipais, referiu ser do conhecimento geral que a gestão do Parque Municipal de Campismo tem sido feita pela autarquia, tendo como recursos humanos os trabalhadores e colaboradores do Município. Questionou sobre o número de trabalhadores que durante o período de funcionamento prestaram serviço neste equipamento e qual o custo dos mesmos, uma vez que deixaram provavelmente de exercer as suas funções para ali prestarem apoio, ficando outros trabalhos por realizar.

Quanto aos índices de transparência, referiu não dar muito valor à questão, porquanto cada site tem o seu design e daí contribuir para uma consulta do mesmo, não crendo que a web página da Câmara Municipal de Góis seja de difícil de consulta.

No que concerne à documentação requerida à senhora Presidente da Câmara Municipal pelos Vereadores eleitos pelo GCIG e pela bancada municipal dos Independentes, referiu que a mesma ainda não foi entregue, informando que sobre este assunto no dia de hoje deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal a competente ação judicial para a entrega dos mesmos.

Prosseguiu a sua intervenção, referindo que o senhor líder de bancada do PS trouxe à colação o problema recente vivido pela maioria socialista, tendo efetuado a seguinte declaração:

“O fim-de-semana passado, foi um fim-de-semana intenso, foi abundante em acontecimentos que podem influenciar o nosso futuro próximo.

De certa forma constrangedores, atípicos, que afastam os cidadãos do interesse pela participação na causa pública e que, de certa forma, nada dignificantes para a política.

Não é nossa intenção tecer qualquer comentário às manchetes dos jornais nacionais desta semana.

Todavia impõe-se que aqui se tirem algumas conclusões sobre os mais recentes acontecimentos na vida política da nossa terra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Já todos percebemos que afinal foi a implosão de várias tensões que, vindas agora a público, evoluíram e colocam Góis com a maior crise política da sua história democrática, o maior espanto é que a implosão acontece no Partido Socialista que governa o nosso Concelho há mais de 30 anos.

Não é justificável que apenas um ano de governação de um segundo mandato cheguem à situação actual.

Podíamos chegar aqui e optar pela postura mais confortável e fazer como Pilatos, quem criou o problema foi o Partido Socialista que agora o solucione.

Poderíamos, confortavelmente de camarote assistir a esta crise, ver os constantes erros acumularem-se e esperar um ou dois anos para reagir adequando a nossa reacção ao calendário eleitoral.

Mas estamos aqui pela Nossa Terra, não estamos aqui agarrados aos cargos que ocupamos, estamos aqui para contribuir com o melhor que podemos, com o melhor que soubermos, com as contribuições que nos forem permitidas, jamais estaremos aqui para cumprimento de meros calendários eleitorais.

Mas convém fazer aqui uma breve resenha dos sinais que muitos, mas mesmo muitos, Goïenses se foram apercebendo de que esta crise era previsível:

Há um ano atrás, a maioria do Partido Socialista no executivo e nesta Assembleia fizeram aprovar uma alteração às GOP e Orçamento que foi o primeiro sinal de que as promessas eleitorais não seriam cumpridas.

O PS apresentou um programa nas últimas eleições autárquicas, que denominou de Compromisso de Confiança, baseado em cerca de 100 tópicos, um ano depois e quando já estão definidas as GOP para o segundo ano do mandato apenas se consegue perspectivar a realização de 15% desses tópicos. A primeira surpresa (ou não) foi a distribuição dos pelouros principalmente no tocante à Acção social, formação, emprego e juventude e à Administração e finanças; em simultâneo a designação do vice-presidente.

Onde ficou o "em equipa que ganha não se mexe"? Foi dito e repetido incansavelmente pelo PS que a equipa se manteria.

Mas lá fomos andando, o ano foi passando e começou a ser notória a falta de sincronização da maioria socialista no executivo, só não viu quem não quis.

E o primeiro ano passou com muita festa, muito PS mas muito pouco para Góis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Até que, a mínima divergência e pluralidade, que é salutar, interna do PS desfaz a aparente boa relação que quiseram fingir neste ano que passou.

Como é possível?... Como é possível conseguirem fazer uma crise política nos dois órgãos do Município, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, vejamos:

O PS vai a votos numa eleição inédita na nossa democracia em que além dos seus militantes chama os seus simpatizantes a escolher o candidato a Primeiro Ministro, louvável para uns, desaprovado por outros, mas o tempo se encarregará de avaliar.

Nesta eleição, em Góis preteriu-se a discussão verdadeiramente política e todo o PS actua como se os candidatos a PM fossem de cá – pessoalizou-se a eleição para objectivos internos da Concelhia do PS.

Algumas semanas depois, de novo, eleições internas no PS, desta vez apenas para os militantes e se para Secretário Geral não houve celeuma porque só havia um candidato, a questão mudou de figura na simples eleição dos delegados ao congresso.

Apresentam-se duas listas, até aqui tudo normal, agora aquilo que o PS de Góis deixou transparecer para o exterior é que não é normal.

Pessoalmente, confesso que a primeira pessoa que me abordou na rua e me disse que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal encabeçava uma lista e que tinha comunicado que se não ganhasse se demitida desse cargo e renunciava ao mandato, não levei a sério.

Mas veio uma e outra e outra, até que vieram pessoas que me comunicaram terem abordado o Sr. Presidente da AM convidando-o para os tradicionais jantares da época natalícia e a sua resposta foi a de que não se comprometia por não saber se ainda estaria no cargo.

Não é normal que para uma simples eleição para delegados ao Congresso de um partido, 14 meses depois das eleições autárquicas, se ponha em crise a Presidência da Assembleia Municipal, até seria aceitável caso se tratasse da eleição para o órgão máximo da estrutura partidária no Concelho, mas não é o caso, trata-se da eleição para um mandato que dura apenas os dois dias de um congresso onde não é discutido qualquer assunto particular do Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Foi uma profunda desilusão, Sr. Presidente da AM, é isso mesmo, desilusão.

Jamais seria espectável que a pessoa que ocupa o cargo com a maior responsabilidade política em criar consensos seja o “olho do furacão”, independentemente das funções que legalmente estão adstritas ao Presidente da Assembleia Municipal, que ninguém duvide que a maior responsabilidade político-social do Presidente da AM é a de gerar consensos.

Duvido que algum Goienese esperasse esse comportamento da pessoa que em 1974 teve a responsabilidade de liderar a equipa que conduziu às primeiras eleições livres e democráticas para a nossa autarquia.

Lamentamos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas de tamanha desilusão só podemos tirar uma conclusão – afinal depois de 40 anos o Sr. não tem condições para manter o cargo que ocupa.

A manter-se no seu cargo, ficará irremediavelmente fragilizado pela crise que o V. Exa. despoletou. Mas a decisão é sua, é pessoal e por isso será politicamente responsabilizado nos prejuízos que resultarem para o Município de Góis.

Como se não chegasse, somos surpreendidos pela comunicação da Sra. Presidente de que retirou ou vai retirar a confiança política ao vereador Dr. José Rodrigues, confessamos que desta vez já não ficámos tão surpreendidos, a surpresa foi mesmo a forma, os termos que que isso foi feito e publicamente comunicado.

Já não foi normal a não designação do Dr. José Rodrigues para vice-presidente, mas nomeá-lo como vereador a tempo inteiro, e um ano depois retirar-lhe a confiança política, proferindo juízos de valor e pondo em causa a sua competência para o cargo, ainda por cima, na ausência do visado – é inqualificável.

Afinal o PS há 5 anos que tem nas suas lista e no executivo uma pessoa que não merecia a sua confiança e não lhe reconhecia competência para o cargo.

Sra. Presidente da Câmara Municipal, acredite que nutrimos pela Dra. Lurdes Castanheira o maior respeito e consideração pessoal, mas não temos outras palavras para a crise que V. Exa. criou no órgão executivo – isto é a mais cabal prova que a Sra. está impreparada para ser Presidente da Câmara Municipal de Góis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

O PS gerou uma crise que coloca em causa os órgãos do Município.

Com toda a frontalidade o PS traiu os Goienses.

Não há Compromisso nem é de confiança.

Só podemos concluir que os eleitos pelo PS estão mais preocupados com a progressão na carreira política dentro do Partido em detrimento do cumprimento das funções que os eleitores lhe confiaram - o PS não está preocupado com os Goienses.

O PS fragilizou e menosprezou a Assembleia Municipal ao colocar em crise sua Presidência.

O PS colocou o órgão executivo – a Câmara Municipal – numa situação de ingovernabilidade.

Mas está nas mãos do PS solucionar a crise que instalou. E essa solução só pode ser uma - ouvir de novo os goienses.

O PS perdeu a legitimidade para continuar da frente dos órgãos municipais, só poderá reconquistar essa legitimidade com eleições intercalares.

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal e Srs. Vereadores eleitos pelo PS – está nas vossas mãos.

Nós estamos aqui pela Nossa Terra, não temos qualquer responsabilidade da actual crise, não contem connosco para pactos de governabilidade que ponham em causa os nossos princípios e o que considerarmos ser o melhor para a Nossa Terra.

Não hipotecamos a nossa consciência política - fomos, somos e seremos Independentistas, seja o que for que o futuro nos reservar iremos manter a postura política que temos mantido até aqui.

Agora mais que nunca - juntos pela Nossa Terra."

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que relativamente à sua pessoa tratou-se única e exclusivamente de um assunto do PS criado e resolvido dentro do PS sendo completamente alheio a todo e qualquer comentário que tenha saído para fora do PS. Não é responsável, nem nunca o será por algumas publicações ou comentários que não saiam da sua boca, de si essa situação não ocorreu e como o senhor deputado Miguel Fortunato fala e muito bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

estamos todos pela nossa terra, entende que ao longo dos anos e tem 66 anos de idade, entende que também deu qualquer coisa por Góis, pelo que entende que tem o legítimo direito de se arrogar de falsas modéstias, pelo que se alguém também trabalhou por Góis também foi a sua pessoa. Longe de si, criar qualquer situação que prejudicasse Góis ou os goienses e em política por vezes é necessário nós aceitarmos que o caminho para onde vamos terá de ser talhado de outra maneira. Ao longo da sua vida sempre respeitou a sua palavra e cumpriu, como também sempre respeitou os compromissos que assumiu. Sendo este um assunto estritamente do PS o mesmo foi resolvido dentro do partido.

Dada a palavra ao senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, referiu que a intervenção do líder de bancada do GMIPG é claramente aquilo que denomina como aproveitamento político, considerando não ser séria esta forma de fazer política. Na questão relativa ao senhor Presidente da Assembleia Municipal considera que esta é uma questão quase privada, no âmbito do PS, em que a palavra não foi colocada em causa, tendo havido efetivamente um pedido de demissão seguido de reconsideração com base em diversas intervenções da parte do Executivo, dos elementos do PS da Assembleia Municipal, de membros da Comissão Política do PS e de muitas outras pessoas como o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve oportunidade de lhe transmitir, pessoas com interesse por Góis. Afirmou que temos um bom Presidente da Assembleia Municipal e que o vamos continuar a ter a liderar este órgão, tendo ainda referido que a bancada do GMIPG jamais verá da parte do PS ataques como o que fez presentemente, tendo aconselhado a não estar tão preocupado com PS. Terminou a sua intervenção referindo que a consulta ao povo jamais será feita por conveniência do GMIPG, devendo tal ocorrer nos timings próprios.

Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara, iniciou a sua intervenção referindo que relativamente à providência cautelar a informação que temos é que por muito que se evidencie a lei, estamos num estado de direito é um facto que a mesma não conta atualmente na administração central. Mais referiu que na sala de apoio de Ponte do Sótão estão matriculados 24 alunos, contudo é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

um facto que não é importante para o Ministério da Educação. O importante é apenas o investimento realizado no edifício na sede do concelho, sendo alegado que quando fosse ampliada a escola sede no agrupamento que encerrava a EB de Ponte do Sótão.

Concluiu este assunto, informando de que a providência não foi considerada, pelo que no entendimento do senhor Secretário de Estado não há motivo maior para a escola continuar aberta, reconhecendo que a escola sede tem todas as condições para acolher os 24 alunos. Acrescentou, que não é competência da Câmara Municipal a contratação de docentes e proceder à abertura da escola, se esta fosse uma opção naturalmente todas as Câmaras tinham-no feito, porém é uma competência do Ministério da Educação.

A senhora Presidente encerrou este assunto, informando de que é bom dizer que não foi a Presidente da Câmara Municipal que encerrou a escola. Informou ainda, de que para suprir alguma insatisfação por parte da população durante a interrupção letiva de Natal as atividades de apoio à família serão realizadas na escola de Ponte do Sótão para as crianças que se inscreverem neste período.

Relativamente à intervenção sobre os índices de transparência, referiu que presentemente não há tempo para esclarecer todos os goienses sobre esse assunto, trata-se de questões que minorizam o trabalho da Câmara Municipal porque as abordamos pela rama, pelo que não deve apenas ser transmitido por quem leu a notícia que o Município de Góis desceu cinco lugares sem que seja devidamente fundamentado quais os motivos, a fim das pessoas não façam juízos de valor sem terem conhecimento de quais os motivos. Acrescentou, que a Câmara Municipal tem todas as condições para que a informação disponibilizada na web página seja ainda mais eficaz.

Referiu, ser importante referir que o Município de Góis foi notícia do Jornal de Notícias de 23.11.14, onde ocupamos um excelente lugar nos índices de transparência económico-financeiros, sendo que este órgão de comunicação social foi claro naquilo que são os índices de transparência económico-financeiros, sendo estes um fator de muito de orgulho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

No que concerne a algumas questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares relativamente ao potencial investimento no Pólo industrial de Cortes, informou que o investimento consubstanciava-se na mudança de instalações de uma empresa sediada em outro concelho. Informou ainda, de que o empresário desde a primeira hora comunicou que não iria alterar a sua sede social. Lembrou, de que o epílogo do Pólo Industrial de Cortes é menos penoso do que o daquela empresa dos pellets que está sediada em Arganil. Ainda sobre este processo, referiu que o Pólo está em fase final de legalização para permitir que posteriormente se instalem ali outras empresas.

No que concerne à intervenção do senhor deputado Amílcar Aleixo, felicitou-o primeiramente pela sua empresa constar entre as mil maiores empresas e enquanto Presidente da Câmara Municipal de Góis tem muito orgulho quando são publicitadas empresas de Góis não só pelo seu objeto, mas também pelo número de postos de trabalho que todos os dias assumem. Informou, de que no orçamento municipal para o ano de 2015 existe uma verba significativa para as pavimentações no concelho de Góis onde foi eleita a freguesia de Alvares e a União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Relativamente à cobertura das paragens, informou que partir do momento que foi publicada a Lei nº75/2013 é da competência das Juntas de Freguesia, porém se isso se traduzir numa dificuldade para a Junta naturalmente que a Câmara Municipal colaborará nesse processo.

Referiu que quanto às palavras do senhor líder de bancada do PS, o Município de Góis aderiu à Secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural por reunir os critérios que permitiram a adesão à mesma, tendo informado da constituição da Mesa da Secção nos termos dos estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, crendo acreditar que não é mais uma secção da ANMP, sendo uma secção que visa particularmente beneficiar de alguma forma estes municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural. E podemos um dia talvez que um constrangimento ou vários constrangimentos no concelho de Góis, quiçá poderem-se transformar em potencialidades, naquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

que é o acesso aos fundos comunitários, naquilo que poderá ser alguma majoração nalguns projetos esperando que assim o seja.

Sobre o espaço do cidadão, informou que a Câmara Municipal aderiu ao desafio, porquanto ainda não está criado um espaço de cidadão por não ser competência da autarquia, dependendo este processo da Agência para a Modernização Administrativa. Mais informou, que foi proposto este serviço ser aberto na Junta de Freguesia de Alvares, sendo que poderá efetivamente o balcão único da Câmara Municipal prestar algum apoio.

Informou ainda, de que não se pode confundir Espaço do Cidadão com Loja do Cidadão, tendo esta última um conceito diferente, i.e, a Loja do Cidadão pode agregar um Espaço do Cidadão. A Loja do Cidadão pode congrega desde dos serviços da Conservatória, às Finanças, Segurança Social entre outros. Referiu, que na reunião com a Entidade competente foi quase garantido que não se vislumbra o encerramento de nenhum serviço, mas sim congrega dentro do mesmo espaço físico uma multiplicidade de serviços que hoje funcionam em vários edifícios. Mais referiu, que de facto se nos garantirem que a abertura deste espaço não implica o encerramento de outros serviços, a Câmara Municipal está disponível em acolher este serviço.

No que concerne à cerimónia de instalação do Conselho Municipal de Juventude, informou de que as únicas "vedetas" presentes nesta iniciativa foram os goienses, realçando de que o senhor Presidente do IPDJ não merece ser desconsiderado, trata-se de um jovem que vem a Góis sempre que solicitado, contrariamente a muitos que receberam o convite e que a autarquia não teve o privilégio da sua presença. Mais referiu que o senhor Diretor do IPDJ manifestou a sua solidariedade, apoio e disponibilidade para tudo aquilo que necessitarmos deste Instituto, sendo que a AJGóis pode demonstrar o quanto o senhor Diretor tem sido amigo da Instituição. Referiu ainda, de que uma das iniciativas que a Câmara Municipal deve implementar é o orçamento participativo, porém trata-se de documentos previsionais, pelo que a autarquia está recetiva a sugestões, mesmo que estas não constem do orçamento e plano para 2015, há sempre uma forma o acolhimento destas se forem estruturantes para o concelho acolher. Ainda sobre esta temática, informou da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

disponibilidade da autarquia em acolher novas políticas para a juventude, tendo ficado o compromisso do CMJ reunir ainda no presente ano.

Quanto à questão do repórter do Expresso, referiu que facilmente a mensagem é perceptível alguém da Câmara Municipal tirava as fotos e dava as moradas dos restaurantes e o repórter reunia com a Presidente, sendo que a última visita que teve desse repórter ou de um amigo desse repórter é que só queria as fotos das referidas fachadas, sendo que no final apresentou com uma publicidade de mil e quinhentos euros, pelo que não se tratava de um trabalho gracioso.

Quanto à questão da gestão de recursos humanos, informou que é uma verdade que não é fácil, a Câmara Municipal depara-se com algumas dificuldades em termos de recursos humanos, porquanto existem algumas trabalhadoras em gozo de licença de maternidade e de baixa por doença, estando presentemente o trabalhador João Vasco a suprir a ausência de uma mãe, a Dr^a. Vânia Ferreira, e ao invés de o colocarmos no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento onde está o trabalhador Miguel Mourão, pensámos estrategicamente colocá-lo a suprir a ausência da Dr^a. Vânia Ferreira uma vez que lhe é reconhecida essa competência, quando regressar à autarquia irá ficar definitivamente no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento. Realçou que o GAD tem um profissional e pode dar as informações necessárias.

Sobre o Parque de Campismo, referiu que a Câmara Municipal não teve sorte com a gestão privada deste equipamento, decidimos nestes últimos anos acautelar os interesses da Câmara Municipal e pelo que foi feita a gestão pela autarquia. Informou, que o caderno de encargos e as peças necessárias estão prontos para que seja lançado o procedimento e quem sabe fazer o convite a uma empresa com reconhecido mérito e com pessoas capazes e que nos garantam a boa gestão do Parque de Campismo e respetivos pagamentos. Referiu ainda, que estamos em fase de fazermos tudo para que a gestão do Parque seja feita por terceiro, contudo se for entendimento fazer a Câmara Municipal a gestão desta infraestrutura, cá estaremos para dizer aos goienses o que é melhor e apresentar contas. Mais referiu, que temos um relatório daquilo que foi a gestão municipal deste equipamento nestes dois últimos anos, que a todos nos orgulha e não tivemos que contratar ninguém especial, muito pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

contrário foi com os trabalhadores da Câmara Municipal que fizeram um esforço acrescido, fins-de-semana e horas extra horário de trabalho. Prevaleceu-se da oportunidade para reiterar os seus agradecimentos a todos, bem como às Instituições que também estão cá pela nossa terra e também apoiaram no funcionamento deste equipamento.

Sobre a crise no Executivo municipal, referiu estar preocupada com a preocupação do senhor deputado porque a sua interpretação não lhe valeu para que os goienses lhe terem garantido o excesso de preparação de há um ano atrás, estamos cá para trabalhar e não para falar de crises internas, porque essas resolvemos. Acrescentou, que estamos cá para trabalhar para Góis, para que seja um concelho com melhores indicadores de desenvolvimento, estamos na linha da frente na apresentação de candidaturas, estamos atentado àquilo que é o novo QCA, e, é isso que deve interessar os goienses, as crises internas dentro dos partidos resolvem-se dentro do PS. Referiu ainda, que se distingue das acusações que o senhor líder de bancada lhe fez, particularmente na verticalidade, porque se orgulha de apenas ter militado num só partido. Terminou, referindo que poderão estar descansados, porque irá ser garantido a todos os goienses o nosso empenho e dedicação de estar ao serviço do concelho de Góis.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou este assunto.

3.A - REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que o teor da deliberação da Assembleia Municipal na sua reunião de 27.12.13 relativamente ao assunto epígrafe não corresponde ao que foi deliberado por este órgão. Nesse sentido, propôs a retificação à referida deliberação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade retificar o teor da deliberação de 27.12.2013, devendo passar a ter a seguinte redação: "A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter os valores em vigor na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para o ano de 2014".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

3.B - REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que o teor da deliberação da Assembleia Municipal na sua reunião de 27.12.13 relativamente ao assunto epígrafe não corresponde ao que foi deliberado por este órgão. Nesse sentido, propôs a retificação à referida deliberação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade retificar o teor da deliberação de 27.12.2013, devendo passar a ter a seguinte redação: "A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter os valores em vigor na Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação para o ano de 2014".

4. REGULAMENTO SOBRE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DIVERSAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI Nº 264/2002, DE 25 DE NOVEMBRO E NO DECRETO-LEI Nº310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

O senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que apesar deste documento decorrer da lei é prova de que o Município se preocupa em ter as atividades previstas nos decretos referidos devidamente regulamentadas, por forma a prestar um melhor serviço à população.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas previstas no decreto-lei nº264/2002, de 25 de novembro e no decreto-lei nº310/2002, de 18 de dezembro.

5. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO NO CONCELHO DE GÓIS

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Usou da palavra o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia felicitando o Executivo pela quantidade de Regulamentos que têm vindo à Assembleia Municipal para deliberação, significando que a Câmara Municipal está preparada para acolher atividades devidamente regulamentadas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Feiras, Venda Ambulante e Prestação de Serviços de Restauração e Bebidas com Carácter não Sedentário no Concelho de Góis.

6. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

– O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

Usou da palavra o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato que questionou a senhora Presidente da Câmara sobre a existência de fundos disponíveis para a despesa em apreço.

Dada a palavra à senhora Presidente informou da não existência de fundos disponíveis.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva referindo que sobre a questão de não existência de fundos disponíveis, solicitou que a senhora Presidente fizesse um esclarecimento adicional sobre esta matéria. Referiu que do seu ponto de vista decorre da LCPA que as autarquias ficaram condicionadas a assumir compromissos sem a existência de fundos disponíveis. É verdade que a situação de existência de fundos disponíveis depende do critério de gestão do Executivo, a Câmara Municipal estaria numa situação de fundos disponíveis, se não apoiasse as Instituições locais se não tivesse pessoal auxiliar na EB de Góis e outros investimentos como a questão do saneamento. Reiterou a sua pretensão de um esclarecimento sobre esta questão, trata-se de um critério político em que o PS está a zelar pelos interesses dos munícipes e está a contrariar a lei para que a Câmara Municipal não pare, sendo essa situação importante de se referir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Referiu ainda, não poder deixar em branco a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares, pelo que questionou porque não há uma palavra sobre este ponto, porque estamos perante um investimento avultado na freguesia de Alvares. Mais referiu, ser sua opinião de que deveria haver uma posição do senhor Presidente mas também deveria demarcar-se a posição dos Vereadores eleitos pelo GCIG, porque se o Executivo tivesse a mesma posição tomada por estes naturalmente que inviabilizava o investimento.

Interveio o senhor deputado José Carlos Rodrigues Garcia referindo que efetivamente é a Câmara Municipal que gere o seu orçamento, contudo o problema também reside quando se gasta dinheiro naquilo que não se deve, lembrando que estamos aprovar despesas sem fundos disponíveis que poderão trazer algumas consequências para quem as aprova e provavelmente se as houver o povo que nos elegeu também não nos irá ajudar. Na sua consciência acha que deveríamos votar favoravelmente a despesa em apreço, porém conscientemente sabe que legalmente não é permitido. Referiu ainda, não estar em causa o investimento, mas sim o ato legal.

Usou da palavra o senhor Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que relativamente a esta questão, face ao risco de perda de candidatura, devemos tomar a posição que faz maior sentido, considerando essencial a aprovação desta proposta tendo em conta o mérito e a importância desta obra não só para a freguesia de Alvares, mas para todo o concelho. Quanto à questão dos fundos indisponíveis importa esclarecer e confortar esta Assembleia Municipal que a Câmara Municipal de Góis vem realizando os pagamentos a fornecedores nos prazos determinados pela lei, o que de alguma forma atenua a preocupação existente sobre a questão dos fundos disponíveis.

Dada a palavra à senhora Presidente da Câmara referiu que muito já foi falado sobre esta questão, referindo ainda, que todo o autarca deve ter conhecimento desta matéria. Referiu que neste momento a Câmara Municipal está a cumprir rigorosamente com as indicações da LCPA. Mais referiu, que presentemente a autarquia encontra-se em situação de fundos indisponíveis, porém, temos todas as condições para que em 2015 termos uma situação diferente e iremos provar que é possível haver equilíbrio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Referiu ainda, a existência de investimentos estruturantes para o concelho de Góis se efetivamente entenderem fazer como os senhores Vereadores da oposição e votarem contra, simplesmente deixa de existir investimento e a Câmara Municipal terá um grande encaixe financeiro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com treze votos a favor, três contra dos senhores deputados Maria do Céu Simões Alves, Miguel Luís Martins Alves Fortunato e Pedro Miguel da Conceição Agostinho e duas abstenções dos senhores deputados José Carlos Rodrigues Garcia, e Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, autorizar a assunção do compromisso plurianual, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.

O senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato apresentou a seguinte declaração e voto "Embora concordando com o mérito da obra em apreço, já se encontrava orçamentada para o ano de 2014, não deixa de ser ilegal a assunção de compromissos plurianuais com fundos indisponíveis, sendo por este motivo única e exclusivamente o seu sentido de voto contra."

O senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte apresentou a seguinte declaração e voto "A Junta de Freguesia de Alvares votou favoravelmente este ponto por ser uma obra estruturante para a freguesia a qual estava inscrita nos documentos previsionais para o ano de 2014 os quais mereceram também o seu voto favorável".

7. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/COMUNICAÇÃO PERIÓDICA -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

8. 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO/ANO FINANCEIRO 2014 -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

O senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato referiu que se trata da tradicional operação de cosmética orçamental natalícia, acrescentando que poderia ter sido esta oportunidade para resolver a situação dos fundos indisponíveis. Referiu, não ter dúvidas sobre a capacidade financeira da Câmara Municipal, porém estando perante uma situação de fundos indisponíveis e estando a fazer uma revisão ao orçamento relativo ao ano financeiro de 2014, poder-se-ia ter aproveitado esta oportunidade para colmatar estas situações.

O senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia lembrou que quando estamos a falar em compromissos plurianuais não estamos somente a falar no orçamento do ano de 2014, mas também do ano de 2015. Relativamente à questão desta revisão, referiu que estamos a analisar um documento previsional, que significa o que se prevê, pelo que aquilo que se executa não é necessariamente igual àquilo que estava previsto, pelo que as correções impõe-se e devem ser feitas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com onze votos a favor, uma abstenção do senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte e seis contra dos senhores deputados Miguel Luís Martins Alves Fortunato; Maria do Céu Simões Alves, Amílcar José Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento.

9. 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES AO PLANO/ANO FINANCEIRO 2014 – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com onze votos a favor, uma abstenção do senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte e seis contra dos senhores deputados Miguel Luís Martins Alves Fortunato; Maria do Céu Simões Alves, Amílcar José Barata Aleixo, José Carlos Rodrigues Garcia, Pedro Miguel da Conceição Agostinho, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, a 2ª Revisão às Grandes Opções ao Plano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

10. REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

– O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter os valores em vigor da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para o Ano de 2015.

11. REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO/ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA DA TABELA DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter os valores em vigor da Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação para o Ano de 2015.

12. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS/ANO 2015

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a Câmara Municipal de Góis a assumir compromissos para o ano de 2015, conforme deliberação do Executivo.

13. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO/ANO 2015

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

Interveio o senhor deputado Carlos Conceição Jesus referindo que estamos perante um documento que resulta do cumprimento da lei 75/2013, o qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

atribui algumas competências às freguesias, facto que não se verifica lamentavelmente em termos financeiros, impondo-se essa ajuda financeira a outros o que naturalmente deveria ser uma aposta direta do governo.

Interveio o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato que iniciou a sua intervenção referindo partilhar das mesmas preocupações do senhor Presidente da União de Freguesias. Referiu que embora seja um procedimento que decorre da Lei concorda com o mesmo, uma vez que cria uma política de proximidade entre o Município e as freguesias o que reputa de muito importante. Relativamente à proposta em apreço, referiu que na mesma estão elencados um conjunto de apoios que num futuro desejaria de os ver mais especificados o que irá ao encontro das necessidades das populações e naturalmente se fará uma melhor utilização dos fundos públicos.

Interveio o senhor deputado Graciano Antunes Rodrigues que enalteceu o documento em apreço. Acrescentou, que a Junta de Freguesia de Góis está disponível para protocolar algumas situações que se têm vindo a levar a efeito para bem do Município e da freguesia de Góis, reiterando a disponibilidade da Junta de Freguesia de Góis em continuar a colaborar com a Câmara Municipal. Usou da palavra o senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte que enalteceu os aspetos positivos da legislação, referindo que por vezes há alguns constrangimentos que a lei pode trazer, sendo o presente documento um aspeto positivo. Sendo a freguesia de Alvares a que maior dista da sede do concelho naturalmente vive mais estas parcerias, no fundo este documento plasma as situações que já vêm a ocorrer, uma vez que tem havido recetividade da parte da senhora Presidente para resolução de alguns problemas sinalizados na freguesia, sendo que o documento vem sobretudo plasmar aquilo que tem sido prática da Câmara Municipal ao longo deste mandato. Congratulou-se pelo facto de presentemente estar a votar esta materialização, no fundo não são as leis que irão fazer com que o funcionamento melhore ou não, mas sim o respeito institucional entre os vários órgãos do concelho, e, de facto tentar procurar as mesmas respostas para os problemas que são comuns e quando afeta uma freguesia, afeta naturalmente o concelho, e, o que é bom para um, é bom para todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Interveio o senhor deputado António Carvalho que congratulou-se pela proposta apresentada pela Câmara Municipal, acrescentando a disponibilidade da Junta que superiormente preside em protocolar algumas situações de interesse para ambas as Instituições.

Dada a palavra ao senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia congratulou-se pela formalização deste documento que a lei impõe, felicitando a Câmara por este ir muito além daquilo que está determinado na própria legislação. Mencionou que embora seja determinada a atribuição de novas competências às freguesias, parece haver um esquecimento do legislador no que respeita às necessárias compensações financeiras, facto que não surpreende pois do nosso governo sabemos que a regra é 'fazer mais com menos', o que até seria positivo por significar otimização, mas é bom que deixem algum fôlego para hajam mínimos de dignidade.

Dada a palavra à senhora Presidente referiu que o presente assunto plasma as formas de apoio às freguesias e não a celebração de contratos programa e delegação de competências. A Câmara Municipal está a fixar formas de apoio tendo a autarquia reunido com as Juntas sobre a possibilidade de celebração de eventuais contratos programa e delegação de competências, às quais se associam a transferência de meios financeiros. Relembrou que o presente documento apenas trata das formas de apoio às freguesias.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de fixação das formas de apoio às Freguesias do concelho para o ano de 2015.

14. DOCUMENTOS PREVISIONAIS/ANO DE 2015 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO) - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

Interveio o senhor deputado Paulo Miguel Fernandes Silva felicitando os serviços pelo rigor e qualidade técnica do documento, enaltecendo o envio atempado do mesmo. Referiu que irá focar-se no FAM, em que mais uma vez estamos perante um cenário de perda de receita em detrimento dos municípios que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

contraíram despesa, não sendo o caso da Câmara Municipal de Góis, considerando que esta solução encontrada pelo governo não foi a melhor, porque quem irá pagar foi justamente quem cumpriu. Relativamente aos aspetos positivos do documento em análise, referiu que se trata de um orçamento com forte contenção financeira, porém destacou alguns dos investimentos patentes no mesmo, sendo uma intenção poderá eventualmente não se conseguir concretizar, destacando o Hospital Monteiro Bastos porque é um ícone para qualquer goiense, talvez mais para os varzeenses, o qual poderá ser uma alavanca para o desenvolvimento económico. Deu ênfase ao investimento de cerca de meio milhão de euros nas Instituições do concelho devendo ser realçado uma vez que se trata da marca do PS, apostar no concelho e nas Instituições, estas para além do trabalho que prestam empregam um elevado número de trabalhadores que desta forma podem optar por fixar residência no concelho. Apraz-lhe mencionar que o modelo implantado na Feira das Tasquinhas pode dar continuidade no próximo ano como modelo da FACIG sendo uma mais-valia para a redução de custos e tendo funcionado bem, considera que poderá realizar-se festas com qualidade e reduzir alguns custos. Referiu ainda, que estando a falar de um orçamento de oito milhões de euros, entenda-se que cerca de seis milhões serão de financiamento público. Mais referiu, que o Município de Góis ao invés de outros tem uma forte dependência das transferências do estado, destacou a intervenção do senhor Vereador Mário Barata Garcia, considerando fundamental de que como o concelho de Góis tem um reduzido número de impostos, sendo seu entendimento que se deveria promover um debate com ambas bancadas para se estudarem alternativas às diversas fontes de financiamento público, uma vez que todas as pessoas têm ideias e sugestões para apresentar, havendo outros caminhos que possam rentabilizar a receita da Câmara Municipal, considerando impossível continuar dependente das transferências da administração central. Terminou a sua intervenção, referindo que à semelhança do que ocorreu no passado ano não consegue perceber a posição de quem fala na questão do empolamento, estando solidário com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

posição da maioria socialista, não compreendendo qual a razão para se votar contra a um documento destes.

Interveio o senhor deputado José Carlos Rodrigues Garcia referindo não ser fácil a elaboração de um documento desta importância tendo em conta que presentemente tem de se fazer sempre mais com menos, uma vez que houve tempos que se fez pouco com muito mais meios financeiros e presentemente estamos a padecer dessa situação. Referiu a existência de algumas verbas designadas por "Outros" sendo que a soma das mesmas ronda os dois milhões de euros, não sabendo qual o destino deste montante. Referiu ainda, que os montantes disponibilizados para iluminação pública são exorbitantes quando poder-se-ia equacionar a hipótese de diminuição de alguns pontos de luz. Fez ainda alusão à verba para gasóleo e para peças, outro montante significativo, que na sua ótica o levam a referir que ou se gasta muito em peças ou em combustível, sugerindo a troca da frota automóvel por entender que se está a ter muita despesa nesta área. Referiu ainda, que nas GOP foi inserido o Parque Municipal como investimento entre outros investimentos no âmbito da rede rodoviária e proteção civil, faltando um investimento que seja uma alavanca para o concelho. Mais referiu, ser muito difícil investir no nosso concelho tendo em conta as parcas acessibilidades existentes pelo que devemos fazer um esforço e continuar lutar para que estas sejam um veículo ao investimento. Relativamente ao investimento que se pretende realizar no Hospital Monteiro Bastos concorda com o mesmo, referindo que se deveria procurar investidores particulares que quisessem associar a esta Câmara Municipal. Teceu algumas considerações relativamente à obra de requalificação do Adro de Vila Nova do Ceira, sendo sua opinião que se deveria promover um debate com a população relativamente ao projeto que ali se pretende realizar. Ainda sobre o assunto em discussão, considera que se trata de um orçamento empolado, sendo sua opinião que o mesmo deveria aproximar-se mais da realidade.

Interveio o senhor deputado Victor Manuel Fonseca Duarte referindo que está manifesto no documento em análise o que o Executivo se propõe realizar no próximo ano. Relativamente à freguesia de Alvares estão manifestas aqui as nossas preocupações sendo o seu desejo que esta proposta seja mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

aproximada com a realidade o que espera que aconteça. Referiu que as acessibilidades são uma preocupação esperando que haja um esforço coletivo para que no final do ano de 2015 seja um assunto definitivamente encerrado, nomeadamente no que concerne à freguesia de Alvares.

Usou da palavra o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato referindo que se trata de um documento previsional, contudo o ser previsional tem de se dar alguma garantia à população da exequibilidade das propostas patentes no documento, uma vez que o mesmo vai criar expectativas nas populações das obras que se irão realizar ou não. Numa apreciação global e daquilo que já ouviu sobre este orçamento vê aqui por parte do Executivo nomeadamente do PS alguma incongruência nomeadamente ou se têm as contas em dia ou se assume o reequilíbrio, porque quando se assume um reequilíbrio é porque não têm as contas em dia, mas como acredita que as contas estão em dia, não percebe a preocupação deste orçamento. Referiu comungar das preocupações em cumprir a legislação perante o órgão deliberativo de apresentação deste documento, referindo que o prazo até 31.10. ser muito cedo, em bom rigor os orçamentos deveriam ser elaborados de cima para baixo, i.e, posteriormente à aprovação do orçamento de Estado é que se devia elaborar este documento uma vez que teríamos a certeza do montante financeiro que irá ser entregue ao Município. Referiu ainda, que do que pode constar nos meios de comunicação social é que este orçamento é 8% inferior ao anterior, i.e, 24% do corrigido. Outra questão que veio minimamente esclarecida, que é relativa ao FAM no montante de 51 mil euros p/ano, porém este orçamento têm mais de 178 mil euros, referindo que o fundo é uma espécie de rede de segurança de crédito para todos os municípios, aquelas autarquias que não precisarem de recorrer ao regime passam de dispor de um ativo no fundo que será remunerado, concluindo que o Município não está a perder nada. Referiu aceitar que o documento tenha rigor e qualidade técnica, sendo a questão diferente a exequibilidade destas propostas tendo exemplificado que no passado ano o Município atribuiu cerca de setecentos mil euros em subsídios, sendo que no ano em curso já foi transmitido neste órgão pela senhora Presidente que o montante final para 2014 irá ser superior, contudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

no documento em apreço não vê qualquer referência às Instituições que irão ser objeto de atribuição dos mesmos, provavelmente não terão que estar, tendo alguma dificuldade em apreciação do documento e perceber o que é que está e onde. A questão do Hospital Monteiro Bastos ou da Quinta do Baião, recordou ser preciso recorrer à história e saber porque é que aquilo que chegou àquele estado. Referiu admitir que se queira dar aqui ênfase a uma promessa eleitoral, tem todo o direito e legitimidade de o fazer, não se pode mencionar que se irá fazer um investimento ali sem ser dito concretamente qual o investimento que poderá vir a ser realizado, uma vez que as pessoas desejam que as coisas sejam concretizáveis. Quanto ao orçamento referiu que obviamente está empolado e houve desta vez uma correção por parte da venda de terrenos, não tendo dúvidas que na parte que toca aos fundos comunitários está visivelmente empolado, tratando-se de opções políticas porquanto se trata de um documento político. Na sua opinião seria muito mais correto e seria muito mais elucidativo para as pessoas que queiram consultar o mesmo porque terá que estar disponível ao público para consulta, a Câmara Municipal deve ter projetos que devem ter resultados enquadráveis no QCA 20/20. Referiu que o orçamento não lhe inspira confiança nenhuma pelo que, o seu sentido de voto não irá ser favorável.

Usou da palavra o senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia considerando que o orçamento agora apresentado é o orçamento possível, pois sendo Góis um concelho com baixas receitas, apesar de até termos alguns recursos, como é o caso do ouro que existirá no subsolo da serra do Rabadão, mas se não tivermos acesso ao mesmo, não temos riqueza. Tal acontece também no FAM, onde podemos ter lá milhões, mas se a eles não tivermos acesso, de nada nos servirá.

Relativamente ao prazo dado para elaboração e apreciação pelo Executivo até ao dia 31.10 e pelo órgão deliberativo até 31.12, referiu não fazer qualquer sentido, porque implica elaborar e analisar o orçamento municipal quando ainda não conhecemos o orçamento geral do estado. Prosseguiu, referindo que se tratam de documentos previsionais que para além do plano plurianual de investimentos e atividades, agora impõe novas regras, nomeadamente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

regra do equilíbrio orçamental, são dados que dão mais transparência e estabilidade ao documento. Existe uma legítima preocupação do executivo e percebe-se a necessidade de criar equilíbrio, voltando ao exercício com fundos disponíveis, existindo tal possibilidade no ano de 2015, onde se verifica um aumento das transferências da administração central, mas sendo já certo que estas ficarão condicionadas, ao que acresce os referidos 51 mil euros para o Fundo Apoio Municipal, medida injusta porque em muitos Municípios foi feita uma gestão acima das possibilidades e agora os que sempre tiveram as contas em ordem vão 'pagar' pelos outros. Não podemos chegar a uma situação em que a Câmara Municipal deixe de prestar apoio à população ou de apoiar as Instituições. Este orçamento de cerca de 5,5 milhões de euros é na ótica do GMPS um documento realista e com opções equilibradas havendo referência a questões importantes com a Circular Externa Carvalhal dos Pombos, que não teve qualquer financiamento na sua génese, mas que poderá agora beneficiar de apoio em resultado do inconformismo deste executivo, destacando-se também a suspensão da Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Góis em troca pela Feira das Tasquinhas, que embora tratando-se de um modelo diferente também é um evento relevante e positivo que permite poupar bastantes recursos, a revisão do PDM, a execução de um conjunto de obras que são essenciais à qualidade de vida dos munícipes, bem como a iniciativa relativa ao Hospital Monteiro Bastos, que sendo uma questão importante e dado que vamos ter o novo QCA 20/20, é preciso criar condições para que quando forem definidas as prioridades em termos de candidaturas estarmos em condições para avançar, mantendo diferentes hipóteses em aberto, percebendo bem a intenção da Câmara quanto à aquisição do imóvel pois não é possível fazer uma candidatura naquilo que é de outrem. Referiu ainda concordar com as palavras do senhor deputado José Carlos quando mencionou que deveria haver uma procura de parceiros que possam apostar no projeto sustentável. Fez ainda alusão a outros projetos, como o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Capacitação do Território, entre outros, que considera serem fundamentais para a projeção do concelho de Góis. É necessário estar bem atento e pró-ativo, aproveitando ao máximo o novo QCA o qual vem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

centrar a atenção em algumas necessidades básicas como a promoção da empregabilidade, exclusão social e um ponto que lhe parece fundamental que é a valorização da floresta. Referiu que nós temos um recurso imenso no concelho de Góis sendo necessário que esteja devidamente estruturado e organizado para dele obtermos rendimento.

O senhor deputado concluiu a sua intervenção, referindo que o GMPS congratula-se por este orçamento promover o investimento nas pessoas e na manutenção do apoio às Instituições, enaltecendo a coragem do apoio que vem sendo feito.

Dada a palavra à senhora Presidente de Câmara referiu ficar triste quando o trabalho do Executivo na visão do GMIG se consubstancia em meros números, quando de facto estamos perante um documento que não é só previsional, mas é um documento de compromisso. Relativamente ao projeto para o Hospital Monteiro Bastos, referiu que efetivamente não há conhecimento do que é que são os planos operacionais, realçando que a Assembleia Municipal da CIM-RC deu indicações para priorizar os investimentos, tendo sido priorizados o Ciclo Urbana da Água, Floresta e a requalificação do Hospital Monteiro Bastos. Mais referiu, de que ainda não foi determinada a valência, porque se tivesse sido feita, a mesma ficava vinculada poderia não ser contemplada em nenhum Plano Operacional, pelo que foi deixado em aberto e tendo sido acautelados nos documentos previsionais esta rubrica, a de implementar naquele espaço um serviço na área do turismo ou na área da saúde, de acordo com aquilo que possa ser o financiamento. Referiu ainda, de que congratula-se pelo senhor deputado Carlos Garcia ter feito referência a que poderá eventualmente ser um investimento público-privado, porque efetivamente é isso que nós queremos. Informou, que a Câmara Municipal ao adquirir o imóvel ajudamos a Santa Casa da Misericórdia de Góis, sendo que papel da autarquia neste investimento pode ser muito bem entrar com a parte do edifício. Informou ainda, de que podemos não ser os promotores deste investimento, mas só tem sentido recuperar aquele edifício, não só para fazer justiça a Monteiro Bastos que maior parte das pessoas nem saberá quem foi, este edificio tem uma história e pode ser uma alavanca quer para a freguesia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

quer para o concelho de Góis, porque se criarmos ali uma valência ligada ao turismo ou à saúde podemos efetivamente criar um conjunto de muitos postos de trabalho que correspondem a muitas necessidades do concelho, postos de trabalho qualificados, semi-qualificados e indiferenciados e era isso que nós gostávamos era potenciar ali um investimento. Relativamente à Quinta do Baião, referiu não lhe chocar nada se tiver que acionar a cláusula de reversão porque nós fomos eleitos para defender o interesse municipal, não se cumpre faz como fazem à Câmara Municipal temos que ter as devidas penalizações, não vamos hostilizar ninguém temos a maior consideração pelas Instituições e este orçamento já foi contemplado a Quinta do Baião exatamente porque nós trabalhamos com transparência, com princípio e com verticalidade.

Relativamente à requalificação do Adro da Igreja em Vila Nova do Ceira, deu conhecimento de que foram realizados dois estudos prévios que foram entregues em formato digital e em suporte papel, à anterior Junta de Freguesia. Deu conhecimento da existência de um plano A, o qual passa por uma intervenção de remodelação do espaço, e um plano B que se trata de uma remodelação total daquele espaço, tendo estas duas versões sido entregues ao senhor Padre Calisto em virtude daquele espaço não ser património da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, mas sim da Fábrica da Igreja. Referiu, que até à data não foi comunicado qualquer informação acerca deste investimento, pelo que não vamos intervir em património que não é propriedade da Câmara Municipal, pelo que aguardamos resposta no sentido de se ter conhecimento de qual o tipo de intervenção mais apropriada para aquele espaço. Lembrou que qualquer projeto para o Largo do Adro em Vila Nova do Ceira irá ser objeto de discussão pública, nomeadamente junto dos varzeenses.

Relativamente à questão da procura de novos investimentos subscreve as palavras mencionadas, até porque a Câmara Municipal não pode ser o porto de abrigo para tudo, realçando o investimento de cerca de 3 milhões de euros com pessoal informou ainda, de que o orçamento municipal está dividido em três fatias: despesa com pessoal, serviços de empresas que nos prestam serviços e investimento. Referiu que cerca um milhão de euros para investimento é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

pouco, quando temos muito para fazer, sendo difícil fazer uma gestão quando estamos em plena contenção de despesa. Mais referiu, reconhecer que temos um aumento da receita da administração central de 178 mil euros, mas com um destino próprio, montante que não pode ser investido em obras, somos legalmente obrigados a canalizar o aumento da receita para pagamento a fornecedores e amortização nos empréstimos. No que concerne ao FAM, mencionou a explicação apresentada pelo líder da bancada do PS, i.e., é muito interessante a existência de um ativo que é obrigatório que é imposto, mas que não podemos utilizar.

No que concerne à receita da despesa, referiu ser verdade que há uma fatia de cerca de 60%, porque temos uma grande dependência da administração central, o que é positivo, porque significa que os nossos impostos revertem também a favor do Município de Góis. Quanto às acessibilidades, referiu que é verdade que só com a existência de melhores acessibilidades é que leva à fixação de empresas, a questão da rede viária no concelho é um facto preocupante, nomeadamente na freguesia de Alvares. Deu conhecimento, que a autarquia irá investir numa nova frota automóvel, tendo para o efeito apresentado alguns exemplos de situações em que é imprescindível a aquisição de novas viaturas.

Concluiu a sua intervenção, dando conhecimento que no dia de hoje foi comunicado à autarquia que a circular externa Carvalhal dos Pombos reúne condições para ser financiada em 85%, i.e., cerca de 560 mil euros, o que é claramente uma agradável notícia.

Dada a palavra ao senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato, referiu que sobre a questão dos fundos comunitários não se trata de estar mal preparado, realçando não querer elefantes brancos não sua terra, i.e., pretende-se realizar um investimento, porém não se sabe ainda qual a valência do mesmo, sabendo-se contudo que poderá vir a ser objeto de financiamento, recaindo a sua preocupação na escolha da área objeto de investimento, sendo que se a mesma não trazer nada de novo, apraz-lhe mencionar que poderá trazer alguns dissabores para as partes envolvidas. Relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

aumento da receita, referiu que se o destino é para pagamento de empréstimos então que apareça o Parque Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com doze votos a favor, cinco contra e uma abstenção aprovar os documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções ao Plano) para o ano de 2015.

15. MAPA DE PESSOAL/ANO DE 2015 - O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Executivo de 11.11.2014 relativamente ao assunto em epígrafe.

Usou da palavra o senhor Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva que iniciou a sua intervenção referindo congratular-se pela renovação dos 21 lugares patentes no documento em apreço. Referiu que no decurso da semana ouviu o senhor Provedor da Justiça referindo a sua preocupação relativamente às pessoas que se encontram a trabalhar nos contratos de inserção, as quais podem estar a suprir necessidades de recursos humanos em algumas áreas, entendendo bem o alcance das palavras. Referiu, que falamos de pessoas que estão desempregadas há mais de um ano, ou, que estão a usufruir do RSI, trata-se de pessoas fragilizadas e estarmos a colocar aqui em questão uma oportunidade profissional destas pessoas, considera que não fica bem.

Referiu que desejaria colocar uma questão ao senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia relativamente à sua intervenção em reunião do Executivo sobre o assunto em discussão que passou a citar "*mais referiu que existem empresários e instituições que despedem trabalhadores do seu mapa de pessoal para depois recorrerem a este tipo de medidas para substituírem os trabalhadores que despediram situação que no seu entendimento é imoral e ilegal*", questionando se o senhor Vereador está a referir-se ao concelho de Góis, ao mencionar estas palavras, porque a ser verdade está a por em causa os empresários de Góis e as Instituições. Relembrou que estamos aqui como membros da Assembleia Municipal e não como representantes das Instituições e Empresas, referindo que na sua qualidade de empresário nunca despediu ninguém para contratar um CEI sendo do seu conhecimento que esta situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

não se passa em Góis, até porque uma empresa não pode recorrer a uma situação de CEI.

Interveio o senhor deputado Miguel Luís Martins Alves Fortunato, referindo que o presente documento trata de uma opção política, sendo desejável que a autarquia tivesse capacidade para empregar toda a população, se a lei assim o permitisse. Referiu, que para não haver qualquer tipo de interpretação sobre a sua posição, apraz-lhe mencionar que não se sente confortável na aprovação favorável deste documento, porém, reconhece que se trata de uma situação que não tem muito sentido ser presente à Assembleia Municipal, quando posteriormente vem a contratação, porém a lei assim obriga. Referiu concordar que a autorização para procedimento concursal para a contratação de pessoal seja presente a este órgão, por envolver meios financeiros.

Interveio o senhor Jaime Miguel Fernandes Garcia referindo que o presente documento vem à Assembleia Municipal pela obrigatoriedade legal. Importa realçar para quem não leu o documento e para quem assiste a esta sessão que dos 21 lugares referidos, a 4 dos mesmos já foi dada autorização anteriormente, sendo visível o acautelamento de 5 lugares para os vigilantes florestais e de 3 nadadores salvadores que só têm enquadramento no período de verão. Sendo um documento previsional, terão que estar acauteladas eventualmente por excesso algumas situações no quadro de pessoal.

Relativamente à questão de trabalhadores com contrato em outras instituições e que prestam serviço na Câmara Municipal de Góis, referiu que tal nos dias de hoje é uma prática promovida pelo próprio Estado, o que contribui significativamente para a redução dos números do desemprego. Acrescentou, que não estamos num quadro de recessão, mas também não estamos num quadro expansionista, sendo natural que as empresas quando não estão a atingir os seus objetivos de rentabilidade façam algumas restrições em termos de empregabilidade. Ainda sobre a temática da empregabilidade, referiu que não podemos desconsiderar os nossos jovens formados que necessitam de ser apoiados, devendo ser criadas oportunidades para que futuramente possam ter apoio e enquadramento na obtenção do seu emprego.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Dada a palavra ao senhor Vereador Diamantino Jorge Simões Garcia, referiu congratular-se por lhe ter sido facultada o usufruto da palavra, agradecendo ao senhor deputado Paulo Silva por o ter questionado, criando assim, a oportunidade para poder intervir, pelo que naturalmente irá dar resposta à questão por si colocada.

Referiu o senhor deputado que relativamente às GOP não entendeu o porquê do voto contra dos Vereadores eleitos pelo GCIG, sendo um facto que tem razão. Mais referiu, não compreender como é que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não apresentou as devidas explicações, porquanto é conhecedor que os parcelares que os senhores deputados receberam para esta sessão não estão corretos, porquanto lhe enviou comunicação fazendo referência a este facto. Referiu, que os parcelares foram objeto de deliberação em minuta, tendo a senhora Presidente assumido o compromisso de remeter aos Vereadores da oposição os parcelares para que os mesmos procedem às devidas correções, não tendo esse compromisso sido cumprido, facto que levou a que os Vereados eleitos pelo GCIG após essa reunião a tomar a posição de nunca mais aprovar qualquer assunto em minuta, porque o que os parcelares plasmam não corresponde aos factos passados em reunião de Câmara. Relativamente à questão ora formulada à sua pessoa, referiu não perceber, entendendo que o senhor deputado se tenha melindrado relativamente àquilo que afirmou, i.e, o que afirmou foi a sua preocupação do que foi publicado nos órgãos de comunicação social e que o Provedor da Justiça teria tomado essa posição, uma vez que teria havido uma queixa relativamente à situação de despedimento de pessoal e posterior recrutamento de pessoal em situação de desemprego, uma vez que não teriam de investir em segurança social, seguros e outros benefícios a favor do empregado, tendo de facto este assunto sido objeto de intervenção da sua parte. Mais referiu, que esse tipo de contratos só se devem destinar a pessoas que devem ser contratadas pelas entidades para suprir necessidades pontuais, nunca para substituírem necessidades normais de serviço, facto que se verifica e também acontece em Góis, percebendo a sua necessidade por estarem numa situação débil. Porém, referiu tratar-se de uma situação grave e injusta e terrível para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

próprios trabalhadores, tendo mencionado em reunião de câmara que esta situação era quase uma forma de escravatura das pessoas. Referiu, que a empregabilidade das pessoas que usufruem deste tipo de contratos é uma vantagem muito grande no que concerne aos dados do desemprego até o próprio governo tem vantagem nestas situações, porque essas pessoas que recrutam através do IEFP naturalmente que deixam de estar nas estatísticas dos desempregados.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu não admitir a ninguém, a menos que tivesse razão, que ponha em causa a sua honestidade em termos de documentos e muito menos que seja lançada aqui a suspeição de que teve conhecimento de que algum documento estava incorreto e que os remeteu para os deputados da Assembleia Municipal, que fique bem claro a sua explicação. Informou que o que aconteceu foi simplesmente que a Câmara Municipal entregou a documentação toda dentro do prazo legal e com o único intuito de dar aos senhores deputados tempo para estudarem todas as situações e o documento que considera mais importante no próprio dia que o recebeu remeteu a todos senhores deputados. Não tem o Presidente da Assembleia Municipal culpa que se tenha antecipado a enviar aos senhores deputados antes dos Vereadores terem recebido a documentação. Andou depressa demais, *mea culpa*, referiu desconhecer se há outro documento que não seja o que tem em mãos, se há não lhe foi entregue. Referiu ainda, que o que aconteceu foi isso e que fique bem claro que ao longo da sua vida nunca sonou qualquer documento, que nunca se ponha aqui em causa que estamos a debater um documento que não corresponda à realidade, de há outro documento o Presidente da Assembleia Municipal desconhece completamente.

Dada a palavra ao senhor deputado Paulo Miguel Lemos Fernandes Silva sobre a questão da declaração de voto do Orçamento e das GOP só manifestou a sua opinião de não entender o sentido de voto, mas ficou presentemente mais baralhado porque o senhor Vereador informou que votaram contra porque o parcelar não é igual ao que está plasmado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

Dada a palavra à senhora Presidente referiu manifestar a sua solidariedade com o senhor Presidente da Assembleia Municipal porque não cometeu nenhum "crime" ao enviar os documentos, porque o fez muito bem, uma vez que aprovações foram em minuta, tendo cumprido muito bem com a sua missão, como sempre o faz. Referiu, ser muito importante honrar compromissos e de facto tinha esse compromisso com os senhores Vereadores de permitir que vissem o texto antes de o remeter à Assembleia Municipal. Acontece que a reunião de Câmara foi no dia 29.10.14 e todos os parcelares tinham de ser entregues até ao dia 31.10.14 e o parcelar das GOP como podem constatar tem cerca de 17 folhas, pelo que tem de haver algum rigor nos documentos que vão para os senhores Vereadores e posteriormente são publicados nos jornais, sendo um facto de que não conseguiu cumprir nessas 48 horas de submeter à apreciação dos senhores Vereadores o conteúdo dos parcelares. Mais referiu, estar de consciência tranquila porquanto a Ata que foi aprovada com abstenção julga que foi por esse motivo, considerando que a mesma reproduz com grande fidedignidade o que lá foi passado.

Deu conhecimento, de que em sede de executivo foram discutidos alguns estratagemas que são utilizados por parte de algumas empresas, i.e, por vezes dispensam-se pessoal para depois recrutarem pessoas em situação de desemprego ou beneficiárias do RSI. E não se deu qualquer exemplo de casos concretos, e se os há em Góis e se alguém tem conhecimento dessa situação, deve claramente denunciar essa situação. Deu ainda conhecimento, de que a Câmara Municipal tem várias pessoas em situação de Contrato de Inserção Mais e CEI, e em momento algum foram escravos seja no que for, têm o mesmo tratamento de igual forma como qualquer colaborador da instituição. Realçou, que a autarquia é a garantia de 160 famílias e o Mapa de Pessoal para o ano de 2015 é também o garante de alguns investimentos que temos, e, que devemos de facto pugnar pela sua manutenção e preservação no âmbito da defesa nomeadamente a floresta, as infra-estruturas das praias fluviais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria com onze votos a favor e sete abstenções dos senhores deputados do GCEIG, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2015.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

16. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA -

senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos senhores deputados para se pronunciarem sobre o presente assunto, não tendo sido realizada qualquer intervenção.

APROVAÇÕES EM MINUTA: 3A, 3B, 4 a 6, 8 a 15.

PÚBLICO:

a) Interveio o senhor António Rui Nunes Dias, Presidente da Comissão de Melhoramentos de Alvares agradecendo ao Executivo na pessoa da senhora Presidente a colaboração da Arq^a. Marina Pais e do estagiário Hugo Pimentel na elaboração do projeto do edifício da instituição que superiormente preside. Porém o projeto inicial terá de ser objeto de nova intervenção, tendo para o efeito apresentado os devidos esclarecimentos. De igual modo, agradeceu os trabalhos que têm sido realizados na freguesia de Alvares.

b) Interveio o senhor João Reis Antão de Cortes que iniciou a sua intervenção felicitando o senhor Eng^o António da Fonseca presente no público pela edição "Herdade de Alvares – Forais e sua História" a qual engradeceu a comemoração dos 500 anos do foral da Alvares. Prevaleceu-se da oportunidade para elencar algumas obras estruturantes na freguesia de Alvares.

c) O senhor Tiago Miguel Caetano Barata, congratulou-se pelos trabalhos de pavimentação realizados pela Câmara Municipal em Chã de Alvares. Relativamente ao subsídio a atribuir à Comissão que superiormente preside, questionou sobre a disponibilidade de atribuição deste.

d) O senhor Joaquim Mateus iniciou a sua intervenção agradecendo à Câmara Municipal todos os trabalhos efetuados na freguesia, felicitações extensivas à Junta de Freguesia de Alvares, agradecendo de igual modo todo o apoio cedido às IPPS's locais. Congratulou-se pelo facto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares ter votado favoravelmente os assuntos relativos à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

freguesia de Alvares. De seguida, teceu alguns considerandos sobre a maneira como a oposição têm vindo a tomar algumas decisões e o modo como têm usado as redes sociais, o que na sua opinião não é a melhor maneira de se estar na política, sugerindo que no próximo ano as posições sejam melhores.

e) O senhor Silvino Simões Martins referiu que notou aqui hoje a existência de alguns incómodos pelo que não podia deixar de passar o momento sem proferir algumas palavras sobre isso. A primeira tem a ver com a reorganização da Câmara Municipal de que tivemos conhecimento na terça-feira passada e que lhe parece um pouco contrária àquilo que foi a proposta de campanha eleitoral, de qualquer maneira é da competência de uma única pessoa a nomeação, da senhora Presidente da Câmara Municipal que legitimamente tomou a decisão que anunciou. Referiu que esta decisão terá naturalmente consequências políticas, porque a Câmara Municipal neste momento perdeu solidez, pelo que se a Câmara vai passar a ter somente um Vereador a tempo inteiro, posição que concorda, ou se irá ser nomeado outro Vereador em virtude da existência de mais Vereadores e pode ser qualquer um deles como é do conhecimento geral.

De seguida, referiu que pela primeira vez viu a Assembleia Municipal votar um documento que é ilegal, e, como em tudo na vida há passos que damos e que nos é impossível voltar para trás, i.e, neste momento a Câmara Municipal está numa situação de ilegalidade, pelo que não irá discutir se o objeto que está por detrás da situação é correto ou não, vendo aqui deputados que pela primeira têm um problema sério, o que se fez aqui hoje é muito sério que poderá vir a ter consequências. É sua opinião que as populações devem ser ajudadas, porém na sua opinião existe um problema de planeamento errado, porque se os senhores se candidataram a um Projeto ao PRODER sabiam que o projeto iria ser aprovado e portanto e da parte do autofinanciamento deveria ter sido acautelado e não o foi feito o que é complicado. Relativamente às Juntas de Freguesia, referiu que pela primeira vez vê alguém responsável, neste caso o governo, a tomar decisões corretas e bem pensadas, acrescentando de que impõe que as Câmaras olhem para um todo e não como um conjunto de partes. Referiu que aquilo que foi sempre prática era que as Câmaras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

privilegiavam as Juntas de Freguesia da sua cor partidária e as outras ficavam em segundo plano, e, de acordo com a lei parece-lhe que não irá continuar a ser assim. Por fim, referiu que a Câmara Municipal tem hoje uma coisa que não tinha ontem: um orçamento aprovado, realçando de que para 2015 seja melhor do que 2014 e só têm que o executar e cumprir, esperando que o façam. Quanto à questão das opções é preciso ter algum cuidado com elas, a senhora Presidente falou na questão da requalificação do largo da Igreja e do Hospital Monteiro Bastos em Vila Nova do Ceira se a questão da Igreja diz respeito ao poder religioso o Hospital Monteiro Bastos não tem nada a ver com a Câmara Municipal, por se tratar propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Góis, uma coisa é ajudar a Santa Casa da Misericórdia de Góis e outra coisa é fazer um projeto da Câmara Municipal, se a Câmara Municipal pretende realizar este investimento tem de primeiramente adquirir o imóvel e depois investir.

Dada a palavra à senhora Presidente, referiu que relativamente ao projeto da Comissão de Melhoramentos de Alvares se o mesmo terá que ser alterado naturalmente é porque algo não começou bem no princípio, pelo que a autarquia irá colaborar com a Comissão agradecendo as palavras de gratidão por parte do senhor Presidente dessa associação.

Na questão da Liga de Chã de Alvares, informou que a Câmara Municipal irá proceder ao pagamento do subsídio até ao final do ano, referindo que a Câmara Municipal não deve nada nem ao senhor Tiago Barata, nem à Liga de Melhoramentos que preside. A autarquia tem um compromisso dum investimento que foi feito pela Liga de Melhoramentos ao qual a Câmara Municipal iria participar com cinco mil euros, acontece que só no final de outubro é que o processo de candidatura ficou regularizado em conformidade com o Regulamento de Atribuição de subsídios, ressalvando que se houver condições na próxima reunião irá levar o assunto ao Executivo.

Quanto à intervenção do senhor Silvino referiu que não precisa de se preocupar com a situação do Executivo, parafraseando William Shakespeare "para grandes decisões, grandes razões". Quanto à vereação, referiu que presentemente existe um Vereador em regime de permanência, e, se irá ficar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

assim o tempo o dirá. Terminou, referindo que deve o munícipe preocupar-se com a estrutura partidária que tem a seu cargo, devendo preocupar-se com a questão de refundar o PSD, uma vez que nós cá estamos para cada vez mais estarmos unidos no PS.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada encerrada a sessão, pelas vinte uma hora e cinquenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O Presidente, _____

A Primeira Secretária, _____

O Segundo Secretário, _____